# lario Oficia 1

ESTADO DE SÃO PAULO

v. 97

n. 023

São Paulo

quarta-feira. 4 de fevereiro de 1987

TABELA 1

## PODER EXECUTIVO

LEIS

## LEI N.º 5.592, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dá a denominação de "Luís Martins de Oliveira" o viaduto situado no km 21,950 da Via Anchieta

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se "Luís Martins de Oliveira" o viaduto situado no km 21,950 da Via Anchieta.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987. FRANCO MONTORO

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de fetereiro de 1987.

## LEI N.º 5.593, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dá a denominação de 'Gasta o Dal Farra'' à variante da SP-300, compreendida entre os quilômetros 241,56 e 247,61, em Botucatu

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu pronulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Gastão Dal Farra" a variante da Rodovia SP-300, entre os quilômetros 241,56 e 247,61, em Botucatu.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua puolicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987. FRANCO MONTORO

Adriano Murgel Branco. Secretário dos Transportes Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de ferereiro de 1987.

## LEI N.º 5.594, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dá a denominação de "Durval Garms (Neguinho)'' ao acesso que liga a Rodovia José Bassil Dower (SP-421) à Paraguaçu Paulista

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu pro-

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Durval Garms (Nejuinho)" o acesso que liga a Rodovia José Bassil Dower (SP-(21) à Paraguaçu Paulista.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987. FRANCO MONTORO

Adriano Murgel Branco, Secretário dos Transportes Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de feereiro de 1987.

## AGENDA DO GOVERNADOR

## Dia 4 de fevereiro — Quarta-feira

8h30 Assessor Especial Reunião do Secretariado — Área Econômico-Financeira. Secretário da Participação, Secretário da Justiça e Secretário do Interior.

Secretário da Fazenda 15h30 Despachos Administrativos.

16h30 Cônsul Geral da República da Coréia, Dr. Chai Ki Oh.

Secretário da Cultura e Diretoria do Museu de Arte de São Paulo --- MASP.

Coordenador Parlamentar. 18h

## Seção I

Esta edição de 32 páginas contém os atos normativos e de interesse geral.

Secretarias. 2 Universidades 12 Ministétio Público 13 Tribunal de Contas 15	Diário dos Municípios 29
Tribunal de Contas 15	Prefeituras
Editais	Boletim Federal 31

### LEI N.º 5.595, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dá a denominação de "Dr. Camilo Manoel Abud" ao Centro de Saúde III Pirambóia, em Anhembi

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se "Dr. Camilo Manoel Abud" o Centro de Saúde III Pirambóia, em Anhembi.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

João Yunes. Secretário da Saúde

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de fevereiro de 1987. 

## LEI N.º 5.596, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dá a denominação de "Prof. a Lyria de Toledo Pasquali'' à Escola Estadual de 1.º Grau Conjunto Cohab, em Tietê

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se "Prof. Lyria de Toledo Pasquali" a Escola Estadual de 1.º Grau Conjunto Cohab, em Tietê.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO José Aristodemo Pinotti, Secretário da Educação

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 3 de fevereiro de 1987.

## DECRETOS\_

## DECRETO N.º 26.695, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Assembléia Legislativa, visando ao atendimento de Despesas Correntes e de Capital

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõem os artigos 5.º e 6.º, da Lei n.º 5.403, de 4 de dezembro de 1986,

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cz\$ 30.650.000,00 (trinta milhões, seiscentos e cinquenta mil cruzados) suplementar ao seu orcamento vigente, observando-se nas classificações Institucional. Econômica e Funcional-Programática, a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos de redução orçamentária, consoante dispõe o inciso III, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, sendo:

I — Cz\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzados), com recursos de redução orçamentária da Assembléia Legislativa.

II — Cz\$ 10.650.000,00 (dez milhões, seiscentos e cinquenta mil cruzados), com recursos de redução orçamentária Reserva de Contingência.

Artigo 3.º — Fica alterada a Programação da Despesa Orçamentária do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.%, do Decreto n.º 26.520, de 23 de dezembro de 1986, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda Clóvis de Barros Carvalho.

Secretário de Economia e Planejamento Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de fevereiro de 1987.

INDLLA				024
Suplement	ação			
01	Assembléia Legislativa			
01.01	Assembléia Legislativa			
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos			27.400.000,00
3.1.9.2	Despesas de Exercícios Anter	iores		50.000,00
	Subtotal			27.450.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Pern	nanente.		3.200.000,00
	Subtotal			3.200.000,00
	TOTAL			30.650.000,00
Atividades	-	orrente	Capital	Tota
Elaboração	Legislativa			
01.01.001.2.	001 8.65	0.000,00	3.200.000,00	11.850.000,00
Manutençã	o de Próprios			
01.01.001.2.	614			18.800.000,00
	TOTAIS :27.45	0.000,00	3.200.000,00	30.650.000,0
Redução				
01	Assembléia Legislativa			
01.01	Assembléia Legislativa			
4.1.1.0	Obras e Instalações			7,500,000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Pern			12,500,000,00
	Subtotal			20.000.000.00
	TOTAL			20.000,000,0
Projetos	(	Corrente	Capital	Tota
Concl. Ami	iliac, Reforma Palácio 9 de Julh	0		
	001	-	7.500.000,00	7.500.000,00
Atividades		Corrente	Capital	Tota
	o de Próprios			
Manutenca			12.500.000.00	12,500,000,00
Manutençã 01.01.001.2	614		12.500.000.00	

99.99	Reserva de Contingência	
9.0.0.0	Reserva de Contingência. Subtotal.	10.650.000,0 10.650.000,0 10.650.000,0
Atividades	Corrente Capital	Tota
	Contingência	
99,99.999,2.	411	10.650.000,0 10.650.000,0
TABELA 2		Cz\$
Suplement	ação	
01	Assembléia Legislativa Administração Direta	
01.01	Assembléia Legislativa	
	TOTAL	30.650.000,00 30.650.000,00
Redua⁻o		
01	Assembléia Legislativa Administração Direta	1 22
01.01	Assembléia Legislativa	
	TOTAL 1.ª Quota	20.000.000,00
99	Reserva de Contingência Administração Direta	• . •
99.99	Reserva de Contingência	
	TOTAL	10.650.000,00 10.650.000,00

Reserva de Contingência

## DECRETO N.º 26.696. DE 3 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Administração Superior da Secretaria e da Sede da Secretaria da Educação, visando ao atendimento de Despesas Correntes

FRANCO MONTORO, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o que dispõe o artigo 6.º, da Lei n.º 5.403, de 4 de dezembro de 1986,

## Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cz\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzados), suplementar ao seu orçamento vigente, observando-se nas classificações Institucional, Econômica e Funcional-Programática a discriminação indicada na Tabela 1, deste decreto.

Artigo 2.º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos de redução orçamentária — Reserva de Contingência —, 'consoante dispõe o inciso III, do § 1.º. do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Fica alterada a Programação da Despesa Orçamentária do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 26.520, de 23 de dezembro de 1986, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 3 de fevereiro de 1987.

FRANCO MONTORO

Marcos Giannetti da Fonseca, Secretário da Fazenda

Clóvis de Barros Carvalho.

Secretário de Economia e Planejamento Luiz Carlos Bresser Pereira. Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 3 de fevereiro de 1987.